

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL EM TEMPOS DE GUERRA (PORTO ALEGRE E RIO GRANDE, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX)

L'ÉCONOMIE DU RIO GRANDE DO SUL AU TEMPS DE GUERRE (PORTO ALEGRE ET RIO GRANDE, PREMIÈRE MOITIÉ DU XIX^{ÈME} SIÈCLE)

Gabriel Santos Berute¹

RESUMO:

O objetivo deste artigo é demonstrar como as guerras – Guerras das Cisplatinas (1811-28) e a Guerra dos Farrapos (1835-45) – afetaram a atividade econômica do Rio Grande de São Pedro. Ao observar duas das suas principais praças mercantis, notou-se que os conflitos afetaram de forma distinta a economia rio-grandense. As incursões e a ocupação da Banda Oriental tiveram efeito positivo sobre o conjunto da província, pois possibilitaram o acesso a novas terras, rebanhos e mercados. Os primeiros anos da rebelião farroupilha, por sua vez, foram prejudiciais para a economia, sobretudo para a capital da província rio-grandense. Os três períodos de cerco afetaram sensivelmente o abastecimento e o comércio de Porto Alegre, enquanto Rio Grande permaneceu sob o governo imperial e foi fundamental para a manutenção do comércio e o deslocamento de tropas. Índícios de uma recuperação dos investimentos econômicos em ambas as localidades, foram percebidos a partir de 1840. As escrituras de venda, crédito e sociedade registradas em Porto Alegre e Rio Grande entre os anos de 1808 e 1850, constituíram-se na principal base documental.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; Banda Oriental; Guerra; Economia; Comércio.

RESUMÉ

L'objectif de cet article est de démontrer comme les guerres – Guerras das Cisplatinas (1811-1828) et la Guerra dos Farrapos (1835 a 1845) – ont affecté l'activité économique du Rio Grande de São Pedro. En observant deux de ses principales places commerciales, il est possible d'observer que les conflits ont touché différemment l'économie du Rio Grande. Les incursions et l'occupation de la Banda Oriental e ont eu un effet positif sur l'ensemble de la province, ceux qui ont permis d'accéder à de nouvelles terres, les troupeaux et les marchés. Les premières années de la rébellion farroupilha, à leur tour, ont été préjudiciables à l'économie, en particulier dans la capitale de la province de Rio Grande. Les trois périodes de siège ont affecté de façon significative l'approvisionnement et le commerce de Porto Alegre, tandis que Rio Grande est restée sous le gouvernement impérial et a contribué à la maintenance du commerce et le mouvement des troupes. L'observation d'une reprise des investissements économiques dans les deux villes ont été perçus à partir de 1840. Le actes de vente, de crédit et

1 Doutor em História pelo PPG-História/UFRGS. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Contato: gabrielberute@gmail.com.

société enregistrée à Porto Alegre et Rio Grande entre les années 1808 et 1850 ont constitué la base documentaire principale.

Mots-clés: Rio Grande do Sul; Banda Oriental; Guerre; Économie; Commerce.

Na noite de 30 de abril de 1838 os rebeldes farroupilhas obtiveram grande sucesso e impuseram uma das mais severas derrotas às tropas do Império do Brasil, ao atacar e tomar o controle da vila do Rio Pardo. Estrategicamente, o controle do rio Jacuí deu suporte para o estabelecimento do terceiro cerco à capital da Província, entre 1839 e 1840 (LEITMAN, 1979, p. 40-1)². Na ocasião, encontrava-se naquela vila o comerciante de Porto Alegre Antônio Luís da Costa Esteves, onde havia se instalado no mês anterior sob a proteção do governo imperial e o suporte de seu sócio, o negociante Francisco de Lemos Pinto³. Quando se deslocou para Rio Pardo, Esteves esperava poder equilibrar seus negócios prejudicados pela guerra e ter a oportunidade de cobrar dívidas de alguns de seus devedores na região. Apesar do sucesso inicial, o comerciante acabou perdendo “o seu armazém com todas as fazendas, mercadorias, e dinheiro apurado” e acabou entrando com um pedido de indenização contra o “Governo Legal” no valor de 16:084\$219 réis (“afora os lucros”), pois considerava “que convidando, e protegendo o comércio para a ida, lhe negou depois e impediu a retirada, ao mesmo tempo que também se devera retirar a Coluna por ter forças inferiores as dos Rebeldes já então reunidos”⁴.

As venturas e desventuras de Antônio Luís da Costa Esteves durante a Guerra dos Farrapos demonstram como as conjunturas de guerra podem representar também boas oportunidades de negócios, mas também grandes dificuldades, para os agentes mercantis estabelecidos na região envolvida com o conflito. De tal modo, o **objetivo** neste artigo⁵ é justamente analisar

2 Após a eclosão da Guerra dos Farrapos, em setembro de 1835, com a destituição do presidente da província do Rio Grande do Sul (Antônio Rodrigues Fernandes Braga), o controle imperial sobre Porto Alegre foi recuperado no primeiro semestre de 1836. A partir deste momento, os farroupilhas sitiaram a capital em três ocasiões: 1º Sítio (junho a setembro de 1836); 2º Sítio (maio de 1837 a fevereiro de 1838); 3º Sítio (junho de 1838 a dezembro de 1840) (FRANCO, 2000).

3 Francisco de Lemos Pinto era *negociante de grosso trato* de Porto Alegre, matriculado na Junta do Comércio desde 07.10.1815 (ANRJ, **Cód. 170**, v. 1, fl. 78v).

4 Quando as notícias da aproximação das tropas farroupilhas começaram a circular, apesar de suas súplicas, os comerciantes não foram autorizados abandonar o local “tanto por não ficar a Tropa, e moradores da Vila sem serviços, como por não causar desânimo, ou desalento na tropa”. Antônio Luís da Costa Esteves. **Protesto e Assiguação de Dez Dias**. APERS, 1839, I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, maço 138, processo nº 3711. Uma análise mais detalhada do processo encontra-se em BERUTE, 2008.

5 O artigo sintetiza parte das conclusões dos capítulos II e III da minha tese de doutoramento, ver BERUTE, 2011.

as atividades econômicas de Rio Grande e Porto Alegre na primeira metade do século XIX e demonstrar como as Guerras Cisplatinas (1811-1828) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845) afetaram de forma distinta o padrão dos investimentos econômicos de duas das principais praças mercantis da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. A **base documental** utilizada na investigação foram as *escrituras públicas* registradas em Rio Grande e Porto Alegre entre os anos de 1808 e 1850, que receberam um tratamento quantitativo. Para Rio Grande foram catalogadas todas as escrituras registradas no período: 2.059, correspondentes a um total de £ 678.415,33 (seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quinze libras esterlinas e trinta e três *pen-ce*)⁶. Para a capital foi coletada uma amostra de 4.289 escrituras do primeiro tabelionato que somavam um montante de £ 793.370,14⁷.

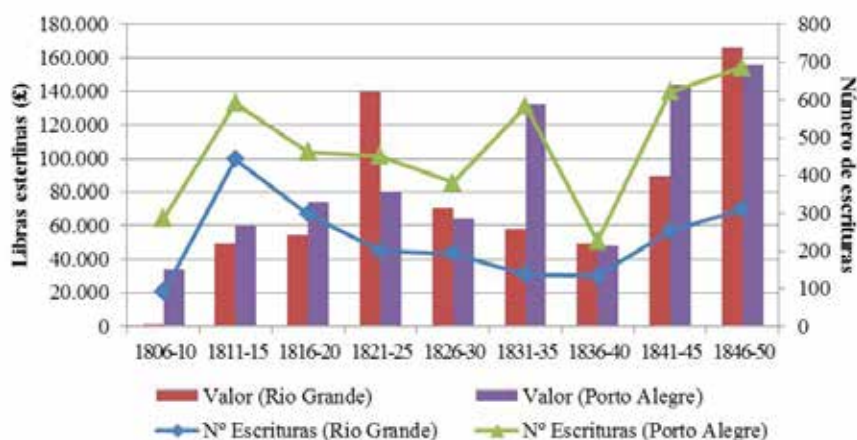


Gráfico 1 – Número e valor total (em libras) das escrituras por quinquênios (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850)

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

A distribuição do número total de escrituras e de seus respectivos valores em intervalos de cinco anos (Gráfico 1) permite observar que no quinquênio 1806-10 em **Rio Grande** há um evidente sub-registro. A ausên-

6 Tendo em vista a desvalorização do *Mil-réis* relacionada à inflação e as flutuações das taxas de câmbio, assim como para uma melhor avaliação da evolução dos valores monetários ao longo do período, optei por utilizar os valores expressos em libras esterlinas. Doravante os valores monetários serão informados somente com a sua anotação numérica.

7 Para Rio Grande, foram incluídas as escrituras desta localidade registradas em Porto Alegre antes da criação de seu próprio tabelionato (1811). Ver APERS. **Transmissões e Notas**. 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

cia de um tabelionato até 1811 possivelmente contribuiu para que apenas uma parcela das transações efetuadas no período anterior tenha sido registrada apenas por meio dos chamados “documentos particulares”. O ápice deu-se justamente em 1811-15, quando foram anotadas 443 escrituras. Destaca-se a este respeito que os anos correspondentes às incursões na Banda Oriental representaram um momento de expansão da fronteira agrária e propiciaram a incorporação de bens produtivos (terras e animais). Consequentemente, pode-se considerar que parte deste elevado número de escrituras correspondia ao início das atividades do tabelionato da vila portuária, pois transações efetuadas anteriormente podem ter sido formalizadas nestes anos. Entre os lustros de 1816-20 e 1836-40, o número total de registros realizados apresentava-se em queda. Nota-se que os períodos indicados correspondiam respectivamente à segunda intervenção na Banda Oriental e ao início da Guerra dos Farrapos.

Quanto aos *valores*, apesar da tendência de queda no número de transações registradas a partir de 1811-15, ocorreu uma expressiva elevação dos valores até o quinquênio de 1821-25 – correspondente ao período da anexação da Banda Oriental e da independência do Brasil –, quando atingiu o maior montante da série. Houve um acentuado declínio a partir do lustro seguinte, no qual ocorreu a perda da Província Cisplatina e criação da República Oriental do Uruguai (1828). A queda nos valores acumulados nas escrituras se estendeu até o final da primeira metade da rebelião farroupilha (1836-40) e somente a partir do lustro de 1841-45 é que se iniciou uma recuperação nas duas variáveis consideradas, quando o centro dos combates já havia sido deslocado para a região da Campanha.

Na **capital**, as escrituras concentraram-se nos quinquênios de 1811-15, 1831-35, 1841-45 e 1846-50. Na segunda metade da década de 1830 foi registrado o menor número de escrituras e seu segundo menor valor total. A eclosão da Guerra dos Farrapos foi prejudicial para a capital. Como foi mencionado, embora tenha sido mantida sob o controle imperial na maior parte do conflito, Porto Alegre sofreu com os três cercos impostos pelas tropas farroupilhas no período de junho de 1836 a dezembro de 1840 (FRANCO, 2000). Ou seja, exatamente no lustro em que escrituras e seus valores apresentaram uma queda bastante acentuada.

Assim como em Rio Grande, até 1825 e a partir de 1836-40 houve um crescimento constante no valor total das escrituras. Nas vésperas da eclosão da rebelião contra o governo imperial houve a primeira elevação mais acentuada do montante total, enquanto nos dois últimos foram verificadas as maiores somas: £144.236,43 e £155.806,54. No quinquênio correspondente à perda da Província Cisplatina, houve queda no número de escrituras

registradas e no valor total envolvido.

O início das incursões e ocupação da Banda Oriental, portanto, representou um momento de expansão para a economia rio-grandense⁸, enquanto o período entre a Guerra da Cisplatina propriamente dita (1825-28) e os primeiros anos da Guerra dos Farrapos foram de dificuldades para as atividades econômicas e comerciais da província do Rio Grande de São Pedro. Após sofrer com o impacto negativo representado pelo início da rebelião farroupilha, os últimos anos do seu principal período belicoso do século XIX caracterizaram-se pelo início da recuperação da economia rio-grandense.

Embora Rio Grande tenha permanecido sob o controle legalista, o porto da capital foi muito prejudicado pelos cercos. Sendo Porto Alegre responsável pelo escoamento da produção de seu entorno e do interior até o porto de Rio Grande, a interrupção acabava prejudicando o conjunto da economia da província. Havia ainda os problemas comuns aos períodos de guerra: a desorganização da produção nas áreas atingidas pelos combates, o recrutamento⁹ da população masculina em idade produtiva e as requisições de provisões para o abastecimento das tropas.

Tendo em vista os objetivos do artigo, dentro do conjunto das escrituras registradas foram selecionadas aquelas referentes a *venda* (bens rurais, urbanos e embarcações), *crédito* e *sociedade*. De tal modo, a partir daqui as conclusões dizem respeito a um conjunto de 1.107 escrituras (53,8%) no valor total de £ 488.778,98 (72%) referentes à vila de Rio Grande e com 2.882 escrituras (67,2%) correspondentes a £ 673.327,73 (84,9%) de Porto Alegre (Gráfico 2).

8 Teófilo Torronteguy (1994, p. 48) afirma que inicialmente a Guerra Cisplatina favoreceu a atividade criatória e os grandes proprietários. Se a guerra facilitou o contrabando de gado, também trouxe problemas para seu transporte até as charqueadas da região litorânea. O autor acrescenta que os charqueadores obtiveram lucros, mas a grande maioria da população viu-se prejudicada pelo confisco de bens. Empobrecida, grande parte acabou servindo de mão-de-obra nas grandes estâncias.

9 José Iran Ribeiro (2005, p. 31-78) observou que mesmo isentos do recrutamento para as tropas de 1ª linha (Exército), os homens ligados ao setor produtivo (agrícola e pecuária), ao comércio (caixeiros) e à prestação de serviços (tropeiros, mestres de ofícios com loja aberta, etc.), tendo em vista as necessidades da guerra, acabavam sendo recrutados pelas tropas auxiliares (Ordenanças e Milícias). Posteriormente, o autor demonstrou o papel das redes locais de proteção na definição de quem seria alvo do recrutamento e seu uso como instrumento de controle social, afastando da província os indesejados envolvidos com rebeliões provinciais. O governo central assumiu o controle sobre este processo conforme incidu sobre a desestruturação das elites locais (RIBEIRO, 2013, p. 25-49). A respeito da influência das lideranças militares locais no recrutamento de tropas, ver FARINATTI, 2010, p. 201-49.

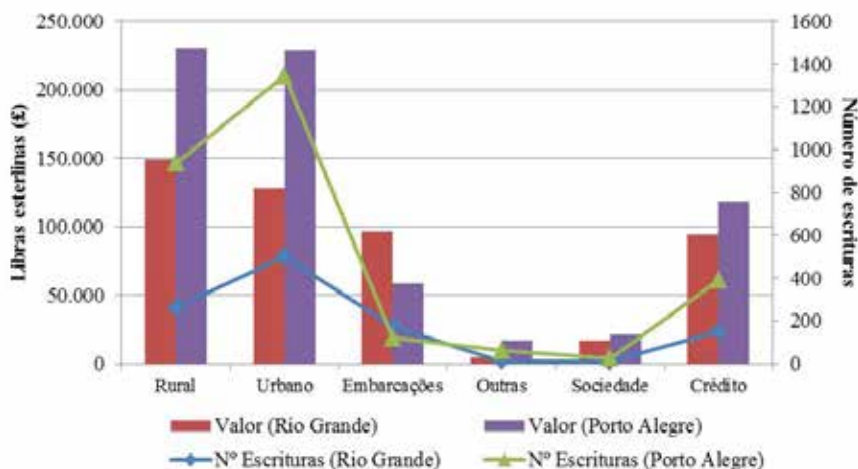


Gráfico 2 – Número e valor total (em libras) das escrituras por categoria (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850)

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas.** 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

Em **Rio Grande**, a categoria *bens urbanos* concentrou 45,4% escrituras (503), o correspondente a 26,1% do valor (£ 127.708,53). As escrituras reunidas sob o título *bens rurais*, embora reunissem pouco menos da metade do número das escrituras de propriedades urbanas (23,7%), concentraram 30,6% do valor (£ 149.403,17) destas. Apesar de reduzidas no que diz respeito ao número de registros, as escrituras das categorias embarcações e crédito foram responsáveis por parcelas significativas e aproximadas dos valores transacionados: £ 96.222,43 (19,7%) e £ 94.497,23 (19,3%), respectivamente. No caso das poucas escrituras de “Sociedade” (8), chama a atenção o montante que elas alcançaram, considerando o pequeno número de ocorrências. As £ 16.692,57 (3,4%) acumuladas nestas escrituras indicam que parte destas transações envolvia valores elevados¹⁰.

Em **Porto Alegre**, as escrituras de *bens urbanos* representavam a maior parcela das escrituras (46,7%), seguidas dos *bens rurais* (32,5%) e dos *créditos* (13,5%). As *sociedades*, apesar mais numerosas do que o observado em Rio Grande, também corresponderam por aproximadamente 3% do valor total das escrituras. No caso das *embarcações*, as transações deste tipo de bem registradas em Porto Alegre foram sensivelmente menos representativas em relação àquela vila. Enquanto em Rio Grande as embarcações

¹⁰ Não foram incluídos os registros de “destrates de sociedade”. Aqueles que resultaram em dívidas foram adicionados às escrituras da categoria *crédito*.

somaram 15,8% das escrituras selecionadas e 19,7% do valor total correspondente, na capital representavam 4,2% das escrituras e 8,7% do valor reunido nos registros da capital. Considerando o somatório do investimento em embarcações e créditos, indicativos da atividade mercantil, as parcelas são de 17,7% das escrituras e de 26,3% do valor das escrituras de venda, crédito e sociedade somadas. Na vila de Rio Grande, estas parcelas eram de 29,3 e 39%, o que pode ser considerado como um indício do ritmo mais intenso da atividade mercantil daquela vila em relação à capital, especialmente com o comércio de cabotagem. Destaca-se que, apesar de mais numerosa em relação ao total de registros, a parcela do valor acumulado na categoria *urbano* (33,9%) é um pouco menor do que a categoria *rural* (34,2%). O mesmo já havia sido verificado em Rio Grande; todavia aqui a diferença não foi tão acentuada como naquele caso.

As tabelas a seguir demonstram como oscilaram os investimentos nos bens reunidos nestas categorias de escrituras ao longo do período investigado. Considerando as *vendas* de **Rio Grande** (Tabela 1), as de bens *rurais* concentraram a maior parcela do valor total negociado (39,6%), embora mais da metade destas fossem de bens *urbanos*, que acumulavam cerca de um terço do montante total acumulado nas vendas. Desconsiderando o primeiro quinquênio da série, por apresentar um número muito reduzido de escrituras, percebe-se que até o início da rebelião contra o domínio da Banda Oriental pelo Império do Brasil (1825), o investimento em bens rurais foi sempre mais representativo e superava amplamente o montante aplicado nos bens urbanos e nas embarcações¹¹.

11 Avaliando a participação dos bens de produção no patrimônio produtivo total da capitania rio-grandense a partir de inventários *post-mortem* para os anos entre 1765 e 1825, Helen Osório (2007, p. 67-75) constatou que nos períodos de guerra (1765-85 e 1815-25) os animais compunham a maior parte do patrimônio. Entre 1815-25, os animais e as terras representavam, respectivamente, 37,9 e 37,3% do patrimônio total. A autora afirma que “os preços do gado vacum aumentavam mais, e rapidamente, em tempos de guerra, enquanto as terras aumentavam lenta e progressivamente, refletindo-se esse movimento na composição do patrimônio produtivo”. A mesma autora ressalta que “A guerra configurava-se como um momento propício para arrear e roubar gado e, simultaneamente, como uma ocasião em que o consumo desse bem crescia muito, tanto por ser a base da alimentação das tropas, como por se apresentar como o butim passível a ser conquistado” (OSÓRIO, 2007, p. 72-3). Luís Farinatti (2010, p. 75) enfatiza que “A incorporação de terras e animais realizada nessas três primeiras décadas do século XIX atuou como um catalisador da expansão pecuária que transformou a fronteira na grande zona de criação de gado da recém-criada província do Rio Grande de São Pedro do Sul (...)”.

Tabela 1 – Distribuição (%) das escrituras de venda, sociedade e crédito por quinquênios (Rio Grande, 1808-1850)

Período	Rural		Urbano		Embarcações		Outras		Total (Venda)		Sociedade*		Crédito*	
	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº
1806-10	16,3	50,0	83,7	50,0	-	-	-	-	100	100	-	-	-	50,0
1811-15	74,6	52,4	11,5	36,9	13,8	10,7	-	-	100	100	-	-	6,1	6,1
1816-20	79,3	49,1	7,6	29,1	13,1	21,8	-	-	100	100	6,7	5,5	6,3	16,4
1821-25	61,6	46,7	28,0	38,3	8,8	13,3	1,6	1,7	100	100	65,8	1,7	64,9	21,7
1826-30	29,3	32,1	28,0	42,0	34,7	23,2	8,0	2,7	100	100	-	-	32,6	17,9
1831-35	28,3	29,4	43,3	55,0	28,4	15,6	-	-	100	100	-	0,9	8,4	7,3
1836-40	6,1	14,3	52,2	66,3	41,0	18,4	0,8	1,0	100	100	-	-	42,6	13,3
1841-45	28,6	17,6	46,6	64,9	23,6	15,1	1,2	2,4	100	100	0,6	0,5	29,6	6,8
1846-50	25,9	19,0	42,4	56,6	31,7	24,4	-	-	100	100	-	0,9	27,8	29,0
Total	39,6	27,6	33,8	52,9	25,5	18,4	1,1	1,1	100	100	4,4	0,8	25,0	15,7

* Em relação ao total das vendas.

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas.** 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

Ao analisar escrituras de compra e venda registradas no Rio de Janeiro entre 1800 e 1816, João Fragoso (1998, p. 336-37) observou que os negócios rurais eram a segunda opção em número de escrituras, mas não acumulavam parcela correspondente no valor total negociado, pois eram bens de baixo valor. Estes negócios representavam no mínimo 11,68% e no máximo 34,8% do valor negociado. Na cidade de Salvador, Alexandre Ribeiro (2009, p. 88.) constatou que os bens rurais correspondiam a uma parcela entre 33,2 e 54,6% do valor das vendas registradas entre 1751 e 1800.

No caso de Rio Grande, as escrituras rurais deixaram de ser as mais valiosas apenas no período entre 1826 e 1830, quando as embarcações concentraram 34,7%, enquanto as rurais responderam pela parcela de 29,3% das 37.283,09 libras acumuladas por todas as vendas deste período, indicando o impacto negativo do fechamento da fronteira e o encerramento da incorporação de fatores produtivos na Banda Oriental. Nos quinquênios seguintes, os recursos investidos no setor agrário foram sempre superiores a 26%, exceto no lustro de 1836-40, quando a conjuntura de guerra contribuiu para uma queda bastante acentuada no número de escrituras e, principalmente, no valor. No segundo quinquênio da série, dentro da conjuntura analisada por Fragoso, as escrituras rurais representavam 74,6% do valor negociado. Em 1816-20, elas alcançaram o seu máximo: 79,3%.

Percebe-se assim, que ao contrário da Corte e da capital soteropolitana, nas primeiras décadas do século XIX em Rio Grande, os investimentos rurais ainda concentravam parcelas significativos dos recursos envolvidos nestas transações. Deve-se considerar a este respeito, a ocupação tardia do extremo sul da América portuguesa e seu menor nível de urbanização em relação à Corte e à Salvador. Neste ponto, os resultados são semelhantes ao observado por Jucá de Sampaio (2003, p. 68-9.) para o período entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século seguinte, quando o investimento nos negócios rurais era preponderante em termos de valor (mas não preponderavam no número de escrituras registradas) e concentraram parcelas entre 32,47 e 79,45% do valor total das escrituras de venda.

A queda verificada no percentual do valor correspondente às escrituras de bens rurais a partir do lustro de 1826-30 foi acompanhada por uma elevação do investimento em bens *urbanos* e *embarcações*. Cabe observar que este é um período crítico da disputa pela Banda Oriental, que teve como desdobramento a perda da Província Cisplatina e a criação do Uruguai como Estado independente (1828)¹². Apesar de algumas variações, há

12 Sobre a política expansionista do período joanino e do Império do Brasil no Rio da Prata, ver BANDEIRA, 1985; FERREIRA, 2006; PIMENTA, 2006.

uma tendência de crescimento no total de registros efetuados e nos seus respectivos valores. Os primeiros anos da Guerra dos Farrapos foram justamente os que apresentaram a maior representatividade das escrituras urbanas: 66,3% das escrituras e 52,2% do valor total das vendas registradas no quinquênio 1836-40. A permanência da vila de Rio Grande sob o controle do governo legal e a manutenção do funcionamento do seu porto parece ter contribuído para este deslocamento dos negócios para as propriedades urbanas e as embarcações, pois os investimentos nestes bens tornaram-se uma alternativa de investimento, diante das dificuldades pela guerra às atividades produtivas. A partir da segunda metade do conflito há indícios de uma recuperação dos valores dos bens rurais, uma vez que o percentual do montante investido em bens urbanos e em embarcações foi reduzido em favor daqueles bens.

A participação das escrituras envolvendo a negociação de *embarcações* apresentou algumas oscilações ao longo do período considerado. Não há nenhum registro para o primeiro lustro da série e houve crescimentos significativos no total de escrituras registradas nos quinquênios de 1826-30 e 1846-50. Quanto aos valores, os percentuais acumulados foram baixos até 1821-25 e verificou-se um crescimento bastante acentuado nos lustros 1826-30 e 1836-40, na primeira metade da década de conflito entre farroupilhas e imperiais, quando as transações envolvendo navios acumularam a maior parcela de todo o período.

Percebe-se, portanto, que as duas conjunturas de guerra enfrentadas pela província exerceram influência importante no padrão de investimento verificado nas escrituras de venda. O fim da ocupação da Banda Oriental e o início da Guerra dos Farrapos representaram momentos cruciais para a economia da província rio-grandense, pois a partir de 1826-30, parte do investimento antes direcionado majoritariamente aos bens rurais passou a ser aplicado nas negociações envolvendo propriedades urbanas e embarcações. Somados, os recursos acumulados nestas escrituras representavam 45,8% das 488.779,98 libras esterlinas negociados entre 1808 e 1850.

Apesar da tendência de recuperação do valor aplicado na aquisição de bens rurais a partir de 1841-45, este tipo de investimento não retomou os patamares verificados antes de 1826-30, demonstrando que os investimentos em bens ligados à atividade mercantil (embarcações) e no meio urbano estavam em processo de crescimento na sociedade rio-grandense a partir de meados da década de 1820, indicando que também crescia o nível de

urbanização naquele momento¹³.

Em termos absolutos, as *sociedades* não foram muito numerosas em Rio Grande. Em todo o período considerado foram registradas apenas oito escrituras de sociedades: sociedades em bens rurais (3), armazém (1), lojas (2) e sociedades comerciais (2). Tal constatação não deve levar a uma conclusão precipitada quanto à importância destas, pois é possível que parte delas tenha sido formalizada somente por meio de documentos particulares, portanto estritos aos diretamente interessados.

As escrituras de *crédito* concentraram o equivalente a um quarto do valor investido nas vendas. Ao longo da primeira metade do século XIX, constata-se que houve uma tendência de crescimento desta proporção até 1821-25 e em 1836-40. O melhor resultado foi verificado entre 1821-25, quando as £13.031,17 negociadas representaram quase 65% do valor das escrituras de venda no mesmo período, enquanto o menor percentual foi de 6%, entre 1811-25. Em relação ao número de escrituras, nota-se que o número de registros é pequeno, apresentando um sensível acréscimo no último lustro considerado. Não se deve desconsiderar que uma parcela das transações de crédito possa não ter sido registrada em notas públicas, resultando em sub-registro deste tipo de negócio. Nos registros catalogados, observa-se que, em todo o período considerado, os percentuais foram menores em relação às de venda e apresentou a parcela mais significativa em 1846-50 (29% daquelas escrituras)¹⁴.

Considerando a distribuição das £ 94.497,23, percebe-se que a maior parte do valor das escrituras de crédito concentra-se nos três últimos quinquênios. É possível que tal característica tenha relação com a Guerra dos Farrapos, pois as dificuldades impostas pelo conflito à plena realização das atividades econômicas da província podem ter dificultado a manutenção das unidades produtivas por parte de seus proprietários. Os interessados em adquiri-las, por sua vez, não possuíam os recursos suficientes para a

13 Helen Osório (2007, p. 259-61) constatou que, entre 1765 e 1825, as aglomerações urbanas eram muito incipientes no Rio Grande do Sul. Apenas 26% dos inventários post-mortem da capitania eram exclusivamente urbanos e que os bens rurais oscilavam entre 25,7 e 56% do total do patrimônio declarado, enquanto os bens urbanos atingiram no máximo 18,8% (1800). Os bens ligados ao comércio e as dívidas ativas, atingiram seus maiores percentuais em 1785 (7,9%) e 1810 (35,8%), respectivamente. Sendo assim, do padrão verificado nas escrituras nota-se uma alteração significativa em relação ao período analisado pela autora. Em termos comparativos, registra-se que de acordo com Kátia Mattoso (1992, p. 100-14), em meados do século XIX, cronistas contemporâneos e legisladores ainda tinham dificuldades em delimitar o limite urbano de Salvador.

14 Alexandre Ribeiro (2009, p. 88) constatou que nos anos entre 1751 e 1800 (tomados por décadas), os “empréstimos” representavam de 48,4 a 86,5% do total investido nas vendas em Salvador.

realização dos negócios, tornando necessário assim o parcelamento das dívidas ou a tomada de recursos monetários para saldar suas obrigações.

O conjunto dos dados apresentados na Tabela 1 indicam, portanto, que as conjunturas de guerra foram marcantes para o padrão de investimento verificado na província rio-grandense ao longo da primeira metade do século XIX. O período da invasão da Banda Oriental (1811-16) representou um incremento da economia, por meio do acesso às terras e aos rebanhos da Banda Oriental. A maior presença de transações de bens rurais neste período refletia este momento favorável. Contudo, a perda da Província Cisplatina (1828) e do acesso aos animais e às terras influenciou o padrão de investimentos rio-grandenses no setor rural, pois este momento marca o início de um processo pelo qual parte da riqueza anteriormente investida nos bens rurais foi deslocada para a aquisição de bens urbanos e embarcações, que podem ser considerados como indicativo da importância que as atividades mercantis conquistaram naquele momento. O ponto máximo foi atingido no lustro correspondente à primeira metade da Guerra dos Farrapos, quando a desorganização das atividades produtivas e os transtornos causados pelos conflitos resultaram no menor investimento em bens rurais, concomitante aos maiores índices observados nos investimentos em bens urbanos e embarcações. Os resultados observados entre 1840 e 1850 mostram que este não era um fenômeno passageiro, pois mesmo com a recuperação ocorrida a partir da segunda metade do conflito farroupilha, os bens rurais não voltaram a atrair as elevadas parcelas dos investimentos como se observou até meados a década de 1820. A análise mais específica das categorias permite considerações mais detalhadas a respeito da evolução dos valores dos bens reunidos em cada uma delas ao longo do período estudado.

Quanto à distribuição das escrituras registradas em **Porto Alegre** (Tabela 2), entre as escrituras de venda observa-se que embora os *bens urbanos* acumulassem a maior parte das escrituras (54,6%), a parcela do valor correspondente era praticamente o mesmo das transações de *bens rurais* que representava 38% dos registros. No caso das *embarcações*, elas eram apenas 4,9% das escrituras e 11% das £ 534.209,66 reunidos nas escrituras de venda.

Tabela 2 – Distribuição (%) das escrituras de venda, sociedade e crédito por quinquênios (Porto Alegre, 1808-1850)

Período	Rural		Urbano		Embarcações		Outras		Total (Venda)		Sociedade*		Crédito*	
	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº
1806-10	52,5	44,7	33,0	50,0	14,3	4,4	0,2	0,9	100	100	2,0	1,8	5,5	12,3
1811-15	55,3	48,6	33,2	49,1	11,5	2,3	-	-	100	100	3,6	2,3	21,0	17,3
1816-20	63,9	55,0	26,5	40,3	9,6	4,7	-	-	100	100	10,9	0,9	12,5	11,4
1821-25	53,6	41,5	33,5	52,6	12,9	5,2	0,1	0,7	100	100	6,6	1,1	12,9	9,3
1826-30	33,5	30,5	45,1	58,9	15,1	7,0	6,3	3,5	100	100	-	0,4	14,7	6,7
1831-35	38,2	35,9	45,8	52,7	11,6	7,2	4,7	4,1	100	100	3,8	1,3	19,4	19,1
1836-40	17,8	22,2	41,1	58,7	39,5	15,1	1,6	4,0	100	100	2,0	0,8	74,4	37,3
1841-45	37,0	34,5	58,3	60,3	2,6	1,2	2,0	3,8	100	100	3,5	0,9	21,2	20,1
1846-50	38,8	35,0	46,3	58,9	7,2	3,5	7,7	2,6	100	100	2,2	0,7	33,9	14,8
Total	43,1	38,0	42,8	54,6	11,0	4,9	3,2	2,5	100	100	3,9	1,1	22,1	15,8

* Em relação ao total das vendas.

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Comparando com Rio Grande (Quadro 1), chama a atenção que as negociações de imóveis *rurais* registradas em Porto Alegre responderam por uma porção significativamente mais elevada das escrituras, mas a parcela do valor correspondente foi de apenas 2,4 pontos percentuais superior. Entre os *bens urbanos* constata-se o oposto, pois mesmo que o percentual sobre os registros fosse semelhante, o montante total acumulado correspondia à uma parcela significativamente mais elevada. Quanto às *embarcações*, além da menor porção deste tipo de escritura, a parcela do montante total investido nas transações de barcos em Porto Alegre era menor que a investida em Rio Grande. Fator a ser considerado a este respeito é a ausência de embarcações de alto valor (barcas a vapor) e o grande número de embarcações de pequeno porte (iates e canoas), contribuíram para que o investimento em embarcações fosse menos significativo em Porto Alegre. Rio Grande era o porto marítimo da província, este mantinha sua centralidade no comércio de importação e exportação da província, enquanto o porto da capital voltava-se mais para a navegação lacustre e fluvial, onde estas pequenas embarcações eram mais adequadas.

Quadro 1 – Distribuição (%) das escrituras de bens rurais, urbanos e embarcações
(Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850)

	Rural	Urbano	Embarcações
Rio Grande			
Nº Escrituras	27,6	52,9	18,4
Valor (£)	39,6	33,8	25,5
Porto Alegre			
Nº Escrituras	38,0	54,6	4,9
Valor (£)	43,1	42,8	11,0

Fonte: Tabelas 1 e 2.

Voltando à Tabela 2, é possível perceber que até o lustro de 1821-25, as escrituras de bens rurais respondiam por mais da metade do valor total e por parcelas consideráveis dos negócios realizados. Em 1816-20 estas escrituras acumularam o seu maior percentual tanto no montante investido (63,9%) quanto no número de transações (55%). Na passagem deste quinquênio para o seguinte, houve um decréscimo nesta participação. Em 1826-30 (quando ocorreu a perda da Província Cisplatina) e nos lustros seguintes, os bens urbanos passaram a responder sempre pelo maior percentual do montante investido na compra de bens e no total de escrituras registradas. Ao longo da série considerada, estes bens acumularam sempre mais

de 26,5% do valor total. Em Rio Grande, foi neste mesmo lustro que os investimentos em bens rurais deixaram de representar a maior parcela dos investimentos, mas foi em 1831-35 que os bens urbanos ultrapassaram os rurais. Em 1826-30, foram as embarcações que receberam a maior parte dos investimentos. Deste modo, fica sugerido que apesar das limitações, Porto Alegre apresentava um nível de urbanização maior que Rio Grande nas primeiras décadas do século XIX, embora o ritmo de crescimento desta fosse mais acelerado do que o da capital durante este período.

Assim como o verificado em Rio Grande, os anos correspondentes à primeira metade da Guerra dos Farrapos foi o período no qual os bens rurais apresentaram a sua menor participação: 17,8% do valor distribuído em 22,2% das escrituras de venda. Este também foi o momento no qual as negociações envolvendo embarcações alcançaram as parcelas mais elevadas, acumulando 39,5% do valor e 15,1% das transações de venda. Como foi mencionado, entre 1836 e 1840, a capital esteve cercada pelas forças rebeldes, ocasionando grandes dificuldades para sua economia e comércio. Apesar disso, os índices para Rio Grande foram mais baixos que o verificado em Porto Alegre. Nos dois portos, e de forma mais acentuada na capital, nota-se que a retomada dos investimentos em bens rurais a partir de 1841-45 ocorreu, ao menos em parte, em detrimento do investimento em embarcações. Se em Rio Grande o percentual do valor total investido nestes bens caiu de 41 para 23,6% na passagem do quinquênio 1836-40 para o seguinte, em Porto Alegre, a redução foi de 39,5% para pouco menos de 3%.

Nos demais lustros, este tipo de bem teve participação reduzida, ao contrário do observado em Rio Grande. A partir de 1841-45, os bens rurais voltaram a responder por parcelas mais elevadas do valor investido e no total de escrituras, mas sem recuperar o mesmo patamar observado nos primeiros lustros da série e sem ultrapassar os índices observados nos bens urbanos nos dois últimos lustros. O mesmo movimento foi observado nas escrituras daquela vila. As propriedades urbanas, por sua vez, apresentaram neste quinquênio seus melhores percentuais: aproximadamente 58,3% do valor e 60,3% das escrituras. Este desempenho pode ser explicado em parte pela sensível redução da representatividade das transações envolvendo embarcações verificadas no mesmo período.

As *sociedades* registradas em Porto Alegre eram mais numerosa em termos absolutos em relação a Rio Grande, mas mantiveram quase a mesma representatividade no valor e o número de escrituras em relação aos resultados observados nas escrituras de venda. Em 1816-20, elas reuniram aproximadamente 10,9% do valor investido nas vendas, seu melhor resultado. O maior número de sociedades foi registrado em 1811-15 e 1831-35, quan-

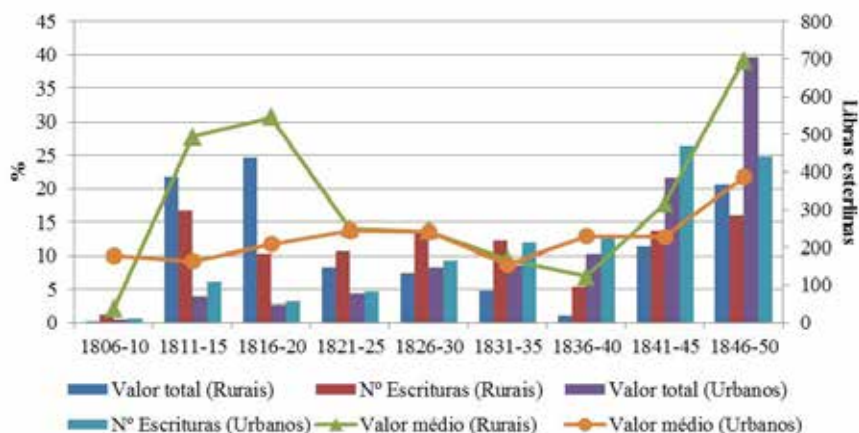
do foram registradas cinco sociedades, em cada um deles. Os *créditos* apresentaram o praticamente o mesmo percentual das escrituras (em torno de 16%), mas que reuniam 22,1% do valor das vendas, enquanto em Rio Grande a cifra era de exatos 25%.

Portanto, nota-se que em Porto Alegre as duas conjunturas de guerra vividas pela província na primeira metade do século XIX, representaram momentos críticos para os investimentos econômicos da região, tal como foi constatado para Rio Grande. Parcela dos recursos antes investidos prioritariamente em bens rurais passou a ser direcionada para a aquisição de bens urbanos e embarcações. O ponto crítico foi verificado nos anos em que esteve sitiada pelos farroupilhas (1836-40), quando as embarcações apresentaram seus melhores resultados. Contudo, ao contrário daquela vila, na capital da província a aquisição de barcos não conheceu grande incremento nos anos seguintes, inclusive, perdeu representatividade no montante investido e no número de transações a partir do momento que os bens rurais retomaram parcialmente sua representatividade. Portanto, apesar da crescente importância do porto da capital, Rio Grande ainda era o centro comercial da província.

Nota-se ainda, que em Porto Alegre a distribuição dos investimentos em bens urbanos e rurais foi mais equilibrada que em Rio Grande em todo o período abordado. A diferença entre um e outro jamais foi tão acentuada como naquela vila. Ou seja, embora restrita, a área urbana de Porto Alegre conheceu desenvolvimento urbano anterior e a condição de capital certamente contribui para tanto.

O Gráfico 3 apresenta a evolução quinquenal do valor total e médio dos bens *rurais* e *urbanos* registrados em Rio Grande. Observa-se que apesar de uma redução no lustro 1816-20, o valor total acumulado nas escrituras de bens urbanos apresentou uma tendência de crescimento ao longo do período considerado, e de forma mais acentuada a partir da anexação da Província Cisplatina (1821). O montante mais elevado foi registrado no último quinquênio da série: £ 50.646,43. Padrão semelhante pôde ser verificado no número de escrituras registradas desde os primeiros anos da década de 1810. No mesmo gráfico também é possível observar a evolução do *valor médio* dos bens urbanos negociados. Este alternou altas e baixas ao longo dos anos considerados e apresentou uma queda significativa entre 1831-35, enquanto no último quinquênio houve um aumento importante na média e no valor total dos bens.

Gráfico 3 – Evolução quinquenal do valor total e médio (em libras) dos bens *rurais* e *urbanos* (Rio Grande, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas.** 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

Em termos gerais, chama a atenção que na maior parte dos quinquênios considerados estas médias foram inferiores em relação às verificadas nas vendas de bens rurais, embarcações e nos créditos. Como é possível perceber, o período da invasão luso-brasileira da Banda Oriental, apresentou as menores cifras no valor total e no número de escrituras realizadas, desconsiderando o lustro 1806-10 por estar sub-representado. Ao mesmo tempo, foi entre 1816 e 1820 que os bens rurais apresentaram seu melhor desempenho. De tal modo, os resultados indicam que o momento de expansão econômica ocasionado pelas incursões luso-brasileiras na Banda Oriental concentrava-se no setor produtivo, sendo aparentemente mais vantajoso investir nesse setor em detrimento dos bens urbanos. Os quinquênios que abrangem a Guerra dos Farrapos concentram aproximadamente um terço do valor total destas escrituras, enquanto o quinquênio posterior ao fim do conflito (1846-50) apresentou a maior parcela do valor total, a melhor média e a segunda maior parcela de escrituras realizadas. Como é possível observar, a guerra não representou uma queda nos investimentos em bens urbanos, inclusive houve um aumento tanto no número de escrituras registradas quanto no montante total envolvido. A manutenção de Rio Grande sob o governo legalista teve fator decisivo para tanto, pois representava a manutenção das atividades econômicas, políticas e administrativas da vila, apesar de eventuais transtornos causados pelos combates.

No que diz respeito às transações envolvendo *bens rurais*, destaca-se que aproximadamente a metade do valor total acumulado nestes bens foi

investido até 1820, em 28,2% das escrituras. Os resultados do lustro 1816-20 mostram que houve uma valorização destes bens, pois apesar da queda no total de escrituras, acumulou aproximadamente um quarto do valor investido. Contudo, o quinquênio seguinte, correspondente ao período da anexação da Banda Oriental sob o nome de Província Cisplatina (1821-25), coincide com o início de uma queda substancial no montante total dos recursos aplicados na aquisição de bens rurais. Sua menor parcela foi verificada nos primeiros anos da Guerra dos Farrapos, com exceção do primeiro lustro, e apesar do crescimento a partir do lustro 1841-45, o montante seguiu abaixo do verificado até 1820.

Os valores médios apresentaram-se em decréscimo entre os quinquênios 1821-25 (invasão e anexação da Banda Oriental) e 1836-40 (Guerra dos Farrapos), quando apresentou a menor média. Quanto ao número de registros, estes apresentaram uma queda mais significativa apenas nos primeiros anos da Guerra dos Farrapos. Os valores médios destes bens voltaram a crescer no lustro que coincide com a segunda metade do conflito, recuperando parcialmente as cifras registradas no período das primeiras incursões luso-brasileiras na Banda Oriental. Portanto, o intervalo entre a anexação da Província da Cisplatina e os primeiros anos da rebelião farroupilha representou um momento de inflexão nas três variáveis consideradas. A recuperação observada a partir de 1841-45 não foi suficiente para retomar os níveis alcançados nas duas primeiras décadas do século XIX.

Este padrão indica que as conjunturas de guerra enfrentadas na primeira metade do século XIX tiveram impacto significativo nos negócios rurais de uma das principais praças da província rio-grandense. Naturalmente, a existência de um conflito dentro de seu território ou envolvendo seus habitantes, interferia nas atividades produtivas da região tanto pelo recrutamento de homens para os combates, como também pelas requisições de animais, farinha e demais provisões necessários às tropas combatentes¹⁵.

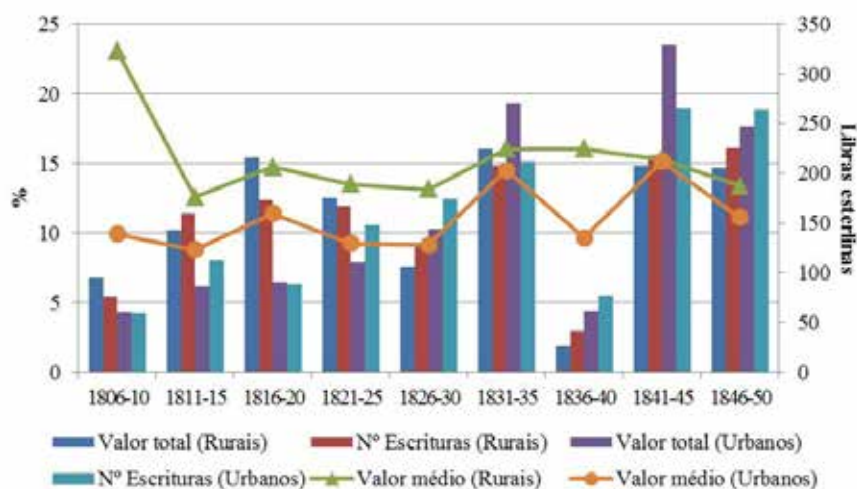
Com relação ao número de escrituras realizadas, a confrontação dos dados reunidos em ambos os gráficos indica que a cidade de Rio Grande conheceu um importante processo de urbanização entre 1811 e 1850, pois enquanto o número de escrituras de bens urbanos quadruplicou ao longo

15 O recrutamento de homens para as forças militares atingia diretamente as atividades produtivas da região, mesmo em tempos de paz. Ao referir-se sobre a tropa de milícia do Rio Grande de São Pedro, Manuel Antônio de Magalhães sugeriu ao Príncipe Regente que atendessem à reivindicação segundo a qual em tempos de paz os milicianos filhos de agricultores fossem dispensados de suas funções militares, pois deles dependiam suas famílias para o trabalho nas plantações e colheitas, que garantia não somente a subsistência deles, mas também beneficiava a agricultura da capitania (MAGALHÃES, 2008 [1808], p. 125).

deste período, o dos bens rurais manteve-se no mesmo patamar. Estes resultados condizem com a tendência de acelerado crescimento populacional de Rio Grande ao longo da primeira metade do século XIX.

Em **Porto Alegre** (Gráfico 4), o penúltimo lustro da série foi aquele que concentrou a maior parcela do valor total e das escrituras de *bens urbanos*. Com algumas variações, houve uma tendência de crescimento no montante investido na aquisição de propriedades urbanas. Este processo foi drasticamente obstruído no período correspondente ao início da Guerra dos Farrapos e ao cerco contra a capital. No último lustro, a recuperação iniciada em 1841-45 foi novamente interrompida por uma queda menos acentuada no número de registros e do valor correspondente. Os valores médios apresentaram oscilações significativas em quase todo o período, apresentando seu mínimo em 1811-15 (£ 123,08) e o máximo em 1841-45 (£ 212,36).

Gráfico 4 – Evolução quinzenal do valor total e médio (em libras) dos bens rurais e urbanos (Porto Alegre, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Entre os *bens rurais*, nota-se que no início das incursões na Banda Oriental pelo Império do Brasil (1811-15) apresenta um aumento no total de escrituras registradas e no montante total investido em transações envolvendo bens rurais. Em seguida, apresentou uma tendência de queda nas três variáveis consideradas até o lustro no qual ocorreu a perda da Província Cisplatina (1826-30). Após o encerramento das Guerras Cisplatinas (1828), houve um acentuado crescimento do número de escrituras, do valor

representado por estas – especialmente em 1831-35 – e dos respectivos valores médios, mas seguidas pelo decréscimo bastante acentuado no quinquênio correspondente aos primeiros anos da Guerra dos Farrapos, no que diz respeito ao número de transações registradas e do valor total destas. Em Rio Grande, a redução foi constante e acentuada entre 1816-20 e 1836-40. Quanto aos valores médios, ao longo de todo o período é possível notar que não houve variações muito acentuadas em Porto Alegre, enquanto em Rio Grande o valor médio dos bens apresentou picos de alta (1816-20; 1846-50) e baixa (1821-25; 1836-40) expressivos. Na segunda parte da guerra (1841-45) observa-se que nas duas localidades houve uma retomada no número de escrituras registradas e no seu valor total. Salienta-se que na capital, ao contrário da vila de Rio Grande, este incremento foi considerável e o montante concentrado ficou no mesmo patamar que havia sido verificado nos períodos de maior concentração: 1816-25 e 1831-35.

Analisando o padrão de investimentos da economia rio-grandense por meio das escrituras públicas de venda, crédito e sociedade de duas das principais praças mercantis do Rio Grande de São Pedro, notou-se que os anos correspondentes às primeiras incursões na Banda Oriental foram de prosperidade econômica e valorização dos bens ligados às atividades produtivas. O acesso a rebanhos, as novas terras incorporadas e o acesso a mercados antes inacessíveis contribuíram para que assim fosse. Contudo, o período correspondente à perda da Província Cisplatina desencadeou uma importante alteração no padrão de investimento, pois os recursos antes investidos majoritariamente em *bens rurais* passaram a ser investidos em *imóveis urbanos* e em *embarcações*, que podem ser tomados como indicativos do avanço da urbanização e da intensificação da atividade mercantil. O ápice foi observado durante os primeiros anos do conflito farroupilha, quando os investimentos em bens urbanos atingiram seu ponto máximo. Este processo ocorreu de forma mais acentuada em Rio Grande, pois em Porto Alegre os investimentos rurais nunca representaram uma parcela tão superior aos demais tipos de investimentos, como foi observado no caso daquela vila. No caso dos investimentos em embarcações, observou-se que em Porto Alegre a parcela dos investimentos nestes bens foi inferior ao de Rio Grande porque na capital parte importante das embarcações negociadas era de pequeno porte e valor e mais adequadas ao tipo de navegação e as rotas que estava inserida.

Com o fim do cerco à capital no final de 1840, o centro dos combates foi deslocado para o interior da Campanha e Porto Alegre retomou a normalidade das suas atividades, com destaque para a navegação regular até Rio Grande. Em ambas as localidades foi observada uma recuperação dos investimentos em bens rurais, mas sem atingir os níveis verificados

nos primeiros anos do século XIX. Apesar da importância das atividades agropecuárias para a economia da província do Rio Grande de São Pedro, duas de suas principais praças davam sinais consistentes de seu desenvolvimento urbano e intensificação da atividade mercantil.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO (ANRJ). **Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação**. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170, v. 1 (1809-1826).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Protesto e Assignação de Dez Dias**. I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre: Antônio Luís da Costa Esteves, maço 138, processo nº 3711, 1839.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Transmissões e Notas**. 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Transmissões e Notas**. 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).
- MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro [1808]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 88, v. 143, 2008, p. 119-39.
- BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo do Brasil na Bacia do Rio da Prata: da colonização ao império**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. 309p. Tese (Doutorado em História). PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- BERUTE, Gabriel Santos. Negócios em tempos de guerra: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos. In: **Anais do IX Encontro Estadual de História**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212333692_ARQUIVO_BERUTE_texto_ANPUHrs-2008.pdf>. Acesso em: 10 Dez. 2008.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

- FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador: estrutura economia, comércio de escravos e grupo mercantil (c.1750 c.1800)**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2009.
- RIBEIRO, José Iran. **O Império e as Revoltas: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto/IEL, 1994.

Recebido em 18/2/2016

Aprovado em 5/4/2016